



TEORIA DA INTENCIONALIDADE REVISADA: GURWITSCH LEITOR DE HUSSLERL

Revised theory of intentionality: Gurwitsch reader of Husserl

DANIEL GUILHERMINO*

Teoría de la intencionalidad revisada: Gurwitsch lector de Husserl

Resumo: O artigo apresenta as críticas desenvolvidas por Gurwitsch à fenomenologia da percepção de Husserl e a revisão da teoria da intencionalidade que dela se segue. Iniciamos com a apreciação positiva da concepção husserliana de consciência em termos de intencionalidade que, segundo Gurwitsch, é a única capaz de solucionar o problema da consciência da identidade do objeto – problema que se enraíza no empirismo inglês. Em seguida, veremos que Gurwitsch ainda entende essa concepção, apesar de seus méritos, como remanescente da hipótese da constância, o que o motiva a revisar seus fundamentos teóricos para resguardá-la desse ponto frágil. Essa revisão se concentra na eliminação do conceito de hylé sensível desprovida de forma. Tal eliminação parte do próprio conceito husserliano de horizonte interno. Conclui-se que a revisão da teoria da intencionalidade a partir da eliminação do conceito de hylé sensível: 1) não contradiz a apreciação inicial de Gurwitsch da teoria husserliana como revolucionária e como a única a solucionar o “problema da consciência” e 2) apresenta as bases para os desenvolvimentos da sua própria teoria da Gestalt.

Palavras-chave: Gurwitsch; Husserl; Intencionalidade; Percepção, Sensação.

Abstract: The article presents the criticism developed by Gurwitsch of Husserl’s phenomenology of perception and the revision of the theory of intentionality that follows from it. We begin with the positive appreciation of Husserl’s conception of consciousness in terms of intentionality, which, according to Gurwitsch, is the only conception capable of solving the problem of consciousness of the identity of the object, which is rooted in British empiricism. Next, we will see that Gurwitsch still understands this conception, despite its merits, as reminiscent of the constancy hypothesis, which motivates him to revise its theoretical foundations to safeguard it from this weak point. This revision focuses on the elimination of the concept of formless sensible hylé. This elimination is made possible through the concept of internal horizon. It is concluded that the revision of the theory of intentionality starting with the elimination of the concept of sensible hylé: 1) does not contradict Gurwitsch’s initial appreciation of Husserlian theory as revolutionary and as the only one to solve the “problem of consciousness” and 2) lays the foundations for the development of his own Gestalt theory.

Keywords: Gurwitsch; Husserl; Intentionality; Perception; Sensation.

Resumen: El artículo presenta la crítica desarrollada por Gurwitsch a la fenomenología de la percepción de Husserl y la revisión de la teoría de la intencionalidad que se deriva de ella. Comenzamos con una apreciación positiva de la concepción de la conciencia de Husserl en términos de intencionalidad que, según Gurwitsch, es la única capaz de resolver el problema de la conciencia de la identidad de objeto; un problema enraizado en el empirismo inglés. A continuación, veremos que Gurwitsch sigue entendiendo esta concepción, a pesar de sus méritos, como una reminiscencia de la hipótesis de la constancia, lo que le motiva a revisar sus fundamentos teóricos para salvaguardarla de este punto débil. Esta revisión se centra en la eliminación del concepto de hylé sensible sin forma. Dicha eliminación proviene del concepto husserliano de horizonte interno. Se concluye que la revisión de la teoría de la intencionalidad a partir de la eliminación del concepto de hylé sensible: 1) no contradice la apreciación inicial de Gurwitsch de la teoría husserliana como revolucionaria y como la única que resuelve el “problema de la conciencia” y 2) presenta la base para los desarrollos de su propia teoría de la Gestalt.

Palabras-clave: Gurwitsch; Husserl; Intencionalidad; Percepción; Sensación.

* Mestre e Doutorando em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo n° 2019/01444-6. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9636-5511>



Introdução

Na conclusão de sua resenha de 1966 às lições de *Psicologia Fenomenológica* de Edmund Husserl, Aron Gurwitsch deixa claro seu propósito de se abster, naquela ocasião, de “entrar em uma discussão crítica de qualquer teoria particular promovida por Husserl” (Gurwitsch, 1966, p. 725)¹. Ainda assim, faz questão de mencionar, nas últimas linhas de sua resenha, que algumas das teorias husserlianas “exigem revisão ou, ao menos, reexame” (Gurwitsch, 1966, p. 726). Dentre elas, Gurwitsch se refere especificamente à *teoria dualista da percepção*, cuja crítica resultaria em uma *revisão da teoria da intencionalidade* (Gurwitsch, 1966, p. 726). Não sendo ali o espaço para tal crítica e revisão das referidas teorias husserlianas, Gurwitsch indica outros textos nos quais tal trabalho fora já realizado, a saber: em “*Phänomenologie der Thematik und des reinen Ich*” (1929) e no artigo “*On the Intentionality of Consciousness*” (1940), este último publicado nos ensaios compilados por Marvin Farber em memória de Husserl. Naturalmente, não são estes os únicos locais nos quais Gurwitsch realiza uma crítica à teoria husserliana da percepção e extrai daí as consequências para uma teoria revisada da intencionalidade. Com efeito, em quase todas suas menções a Husserl tais aspectos estão presentes, ainda que de modo implícito. Pode-se dizer que essa é uma tônica de sua leitura de Husserl: reconhecer os devidos méritos de sua teoria da intencionalidade, mas apontar um problema fundamental que se situa no núcleo de sua fenomenologia da percepção, a saber, o conceito de *hylé*, ou de *conteúdo genuíno [reell]*, que (re)conduz a teoria da intencionalidade a um dualismo entre matéria e forma, cuja superação é um dos principais objetivos da teoria da *Gestalt*.

No que segue, discutirei essa apreciação ambivalente de Gurwitsch com respeito à teoria da intencionalidade husserliana: se, por um lado, tal teoria é a *única* a oferecer a solução ao problema da consciência compreendida como uma “esfera unidimensional constituída pela simples sucessão de eventos reais” (Gurwitsch, 1940, pp. 73, 74), por outro, uma componente central dessa própria solução deve ser completamente abandonada, a saber, a noção de *hylé* sensível (Gurwitsch, 1966, p. 726). Como é possível essa dupla apreciação? Ou seja, como é possível considerar que uma teoria (a saber, a teoria da intencionalidade husserliana) é a *única* solução para o referido problema da consciência e, ao mesmo tempo, desprezar um elemento indispensável de tal teoria? A conclusão, como veremos, está no conceito de *horizonte interno*, que, segundo Gurwitsch, torna a *hylé* sensível um elemento ocioso na estrutura da consciência intencional.

O artigo está organizado da seguinte forma: primeiramente, apresentaremos a contextualização realizada por Gurwitsch do problema da consciência formulado por Hume e sua superação pela teoria da intencionalidade de Husserl. Em seguida, apresentaremos, de modo sucinto, os elementos essenciais da fenomenologia da percepção husserliana, trazendo à tona o *esquema conteúdo-apreensão [Das Schema Inhalt-Auffassung]* que lhe subjaz – esquema que exige o conceito de *hylé* a ser criticado por Gurwitsch. Por fim, discutiremos a crítica realizada por Gurwitsch a esse conceito e a consequente revisão da teoria da intencionalidade que dela se segue.

O Problema da Consciência como Espaço Unidimensional de Eventos Reais

Gurwitsch situa a problemática da teoria da percepção de Husserl no contexto do *problema da consciência da identidade do objeto* tal como formulado pelo empirismo inglês. Seguindo Locke e Berkeley, é Hume, na concepção de Gurwitsch, quem o apresenta de maneira paradigmática. Gurwitsch parte da afirmação de Hume de que “nossas ideias dos corpos não são mais que coleções, formadas pela mente, das ideias das diversas qualidades sensíveis distintas que compõem os objetos, e que constatamos possuírem uma união constante umas com as outras (Hume, 1739-40/2009, p. 252). Essas qualidades sensíveis não são senão as *sensações* produzidas pelo ato de perceber quando experienciamos um objeto. Segundo Hume (1739-40/2009, p. 235), “as próprias sensações que entram pelo olho ou ouvido são [...] os verdadeiros objetos [...] há apenas uma única existência, a que chamarei indiferentemente *objeto* ou *percepção*”. Ou seja, na concepção de Hume, as *qualidades sensíveis* dos objetos se equivalem às *sensações*: aquilo mesmo que está *no ato* de perceber, que coincide com ele, também está *no objeto* percebido. Trata-se, com o conceito de qualidade sensível, de um *híbrido* entre ato perceptivo e objeto percebido. Como afirma Gurwitsch (1940, p. 67), “o objeto, sendo composto dos mesmos dados que figuram na experiência perceptiva, revela-se como um elemento real dessa experiência, coincidindo com ela; em todo caso, o próprio objeto é também concebido como existindo no interior da consciência e como sendo um conteúdo dela”.

¹ Todas as traduções para o português de obras das quais não se utilizou a tradução (Cf. Referências) são de responsabilidade minha.



O problema surge quando constatamos que tais qualidades sensíveis, que são idênticas às sensações, não se nos aparecem como *unitárias*, mas como *múltiplas*. O modo mais simples de se dar conta deste fato é na descrição de um objeto ao longo de um intervalo de tempo. Quando percebo o mesmo objeto no decorrer de uma duração, as qualidades sensíveis percebidas em um primeiro momento não são as mesmas que percebo em um segundo momento. Mesmo no simples piscar de olhos, o complexo de qualidades sensíveis anterior à piscada é distinto do complexo posterior. Disso surge o problema: perceber é, segundo Hume e a tradição empirista, pura presença de qualidades sensíveis; mas perceber é, igualmente, perceber um objeto *unitário*, e não uma multiplicidade de qualidades sensíveis. Como conciliar esse conceito de percepção como sendo percepção de um objeto unitário se as qualidades sensíveis (as sensações) são, por definição, sempre múltiplas? A solução de Hume está na *semelhança* dessas qualidades sensíveis umas com as outras: por mais que um objeto não seja senão um complexo de qualidades sensíveis, tais qualidades são de tal modo semelhantes umas às outras que o ato perceptivo, por assim dizer, *ignora* a multiplicidade e considera o objeto como unitário. Nos dizeres de Gurwitsch (1940, p. 68):

Enquanto, de fato, só existe uma sucessão de dados sensíveis, os quais, quando desaparecem, não podem ser trazidos novamente à existência, a imaginação nos ilude para acreditar que tais dados, tendo deixado de aparecer, *i.e.*, de existir, podem retornar como os mesmos assim que a observação que foi interrompida for retomada. A crença na unicidade do objeto percebido repousa na confusão de dados sensíveis semelhantes, mas distintos, com dados idênticos.

Numa palavra: “A mente confunde similaridade com identidade” (Gurwitsch, 1940, p. 68). A pura presença de dados sensíveis não é suficiente para fazer aparecer um objeto idêntico; é necessário, além disso, uma faculdade da imaginação que nos iluda e nos faça ignorar a diferença entre esses dados e focar na sua semelhança. Essa semelhança será, posteriormente, traduzida em termos de *identidade* do objeto. Assim, a identidade nada mais é que uma categoria subjetiva, um *produto*, uma *criação* do ato perceptivo (que, lembremo-nos, não se distingue das qualidades sensíveis *do objeto*). A identidade objetiva é, portanto, ilusória, simples produto da imaginação. O que há, efetivamente, é um bombardeio de dados sensíveis distintos.

A inconsistência da teoria de Hume, sublinha Gurwitsch, não está em ter apartado a identidade da sensibilidade e a alocado em uma faculdade subjetiva (no caso, a imaginação). Certamente que existe a possibilidade de elaborar teorias consistentes da percepção que destituam a sensibilidade da categoria da identidade, ou seja, que afirmem que não *percebemos* a identidade, mas, de certo modo, *criamo-la*. Mas a teoria de Hume, segundo Gurwitsch, não é uma delas: ela é absurda, ou seja, autocontraditória. Nela, “identidade e temporalidade [...] não são apenas opostas, mas se excluem uma à outra” (Gurwitsch, 1940, p. 71). Isso porque a identidade é, como vimos, fruto da imaginação que nos faz *ignorar o fluxo de dados sensíveis* que transcorre temporalmente. Esse fluxo, contudo, é tão marcante, que é *impossível de ser ignorado*. Ao fim e ao cabo, portanto, a faculdade da imaginação fracassa na sua função, não conseguindo desprezar o fluxo temporal de dados sensíveis que constitui o objeto da percepção. Segundo Hume, somente enquanto nos mantivermos desatentos, vivendo como sujeitos “vulgares” – que Gurwitsch não tarda a equiparar à “atitude natural” da fenomenologia husserliana (Gurwitsch, 1940, p. 67)² – é que a imaginação cumpre seu objetivo de desprezar a temporalidade para trazer à tona a identidade do objeto. Ou seja, na concepção de Hume, *a identidade do objeto só é possível por exclusão da sua temporalidade*.

Uma vez que a reflexão filosófica entra em cena mostrando que a identidade é pura ilusão criada pela faculdade da imaginação, e que o que existe, *de fato*, é somente um conjunto de dados sensíveis, então temos a concepção de consciência a que essa teoria da percepção empirista nos conduz: “*a consciência é [...] uma esfera unidimensional de ser cuja estrutura fundamental consiste única e exclusivamente na temporalidade*” (Gurwitsch, 1940, p. 71). Ou seja, o erro da teoria de Hume, segundo Gurwitsch, não é o de destituir as qualidades sensíveis de algum tipo de estrutura, mas o de tornar a identidade do objeto *irreconciliável com seu caráter temporal*. A identidade do objeto *depende* da exclusão da sua temporalidade. Ora, sendo tal caráter temporal intrínseco à objetividade enquanto tal (Gurwitsch, 1940, p. 71), Hume naturalmente é conduzido ao ceticismo, o que o leva a abandonar a reflexão filosófica e se ater ao modo “vulgar” de viver, isto é, leva-o a viver na crença ilusória da identidade do objeto proporcionada pela faculdade da imaginação.

Indo além da teoria de Hume propriamente dita, Gurwitsch assinala que tal concepção de consciência como “esfera unidimensional constituída pela mera sucessão de eventos reais” (Gurwitsch, 1940, p. 73) se estende até a filosofia contemporânea. Ou seja, o problema da identidade da consciência trazido à tona pelo empirismo inglês teria levado os filósofos contemporâneos – assim como levou Hume – às concepções de consciência como *puro fluxo temporal e nada mais*, quer as consideremos a partir do “fluxo de consciência” de William James, da “duração” Bergson ou outros (Gurwitsch, 1940, pp. 73, 74). Todas essas concepções de consciência como pura duração são tributárias de Hume e se enquadram, segundo Gurwitsch, naquilo que Husserl denominou *psicologismo* (Gurwitsch, 1940, p. 73). Ou seja, a impossibilidade de conciliar a *identidade* do objeto com sua *temporalidade* intrínseca seria uma instância daquela redução apontada por Husserl da *iden-*

² Equiparação, poder-se-ia argumentar, um pouco apressada. Sobre a distinção entre a “atitude natural” fenomenológica e os vários modos de existência intramundana, cf. Fink, 1930/2019, p. 35.



tidade e unicidade ideal das objetividades intencionadas aos *atos reais e temporais* que as apreendem. Uma coisa é a identidade ideal do objeto; outra, sua apreensão por parte de um ato real que cessa no tempo.

Esse é, em suma, o *problema da consciência* segundo Gurwitsch, que tem sua origem no empirismo inglês e sua formulação paradigmática fornecida por Hume: o problema do caráter aparentemente irreconciliável entre a *identidade* do objeto e sua *temporalidade*. Segundo Gurwitsch, “uma solução foi dada para esse problema por Husserl através da sua teoria da intencionalidade; e, até onde sei, é a única que existe” (Gurwitsch, 1940, p. 74). Gurwitsch é rápido em alertar que essa teoria recebeu diversos desenvolvimentos, desde sua primeira formulação nas *Investigações Lógicas*, passando por *Ideias I*, até chegar em *Lógica Formal e Transcendental*, onde lida explicitamente com a problemática aqui em questão (Gurwitsch, 1940, p. 74). Mas a formulação dessa teoria em *Ideias I* a partir da correlação entre noese e noema já seria suficiente, segundo Gurwitsch, para dar conta do “problema da consciência”. Ainda assim, acrescenta: “devemos prosseguir além daquilo que foi explicitamente formulado pelo próprio Husserl” (Gurwitsch, 1940, p. 74).

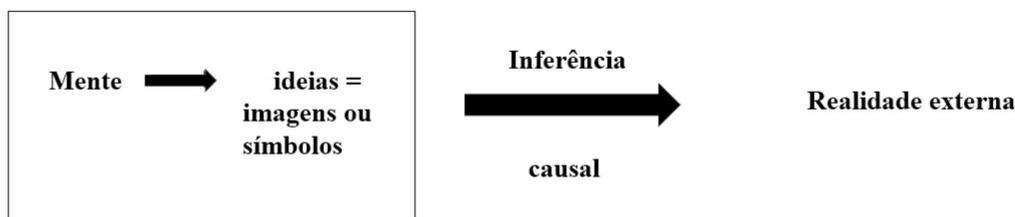
Na próxima seção, lidaremos de modo sucinto com a teoria da intencionalidade husserliana, com foco na percepção, para que possamos então compreender o que é esse “além” exigido por Gurwitsch para que Husserl possa tratar de modo satisfatório o chamado “problema da consciência”.³

Intencionalidade e Percepção segundo Husserl: O Esquema Conteúdo-Apreensão

Uma das marcas centrais da teoria da intencionalidade de Husserl, e mais ainda de sua teoria da percepção, é o chamado *esquema conteúdo-apreensão*. Sua finalidade última é, justamente, a superação do modelo empirista de percepção e conhecimento. Mas o que é exatamente esse esquema?

Já desde 1894 Husserl começa a se voltar contra as bases das teorias do conhecimento de tipo representacionista-empirista que são encabeçadas, por exemplo, por Helmholtz ou Brentano (Husserl, 1979). Essas teorias – que, na leitura de Gurwitsch, conduzem ao problema da consciência paradigmaticamente formulado por Hume – escoram-se na apropriação semiótica que Locke faz da ontologia cartesiana (Rang, 2005, p. 126). Segundo Locke, uma vez que “as coisas que a mente contempla não estão nenhuma delas, além delas próprias, presentes no entendimento, é necessário que algo mais, como o sinal ou representação da coisa considerada, deva estar presente nele, e estas são as ideias⁴” (Locke, 1706/1999, p. 316, tradução modificada)⁵. Küng (1973, p. 271) nos oferece uma ilustração que resume bem essa concepção:

Figura 1



Ou seja, tudo aquilo que está presente, que é *visado*, é aquilo que é *intrínseco* à mente⁶: as “representações” [*Vorstellungen, ideas*] que atuam como imagens ou signos para os objetos do mundo externo. Posso conhecer o objeto do mundo externo apenas por uma *inferência causal* a partir dos signos e das imagens.

Husserl enxerga uma confusão fundamental nessa concepção: ao visar um signo ou uma imagem, não viso o signo ou a imagem. Antes, viso *o designado pelo signo*, ou aquilo que é *figurado* pela imagem. Ao ler um livro, por exemplo, não são as letras escritas no papel que são o foco da minha visada: antes, o que viso é a história contada pelo livro, isto é, aquilo que é “significado” pelo signo. O mesmo se passa com a imagem: ao ver um quadro, por exemplo, não noto as tintas na tela, mas o objeto que está sendo ali representado por essas tintas. Valendo-nos novamente da ilustração de Küng (1973, p. 672), o esquema mais apropriado, segundo Husserl, é, portanto, o seguinte:

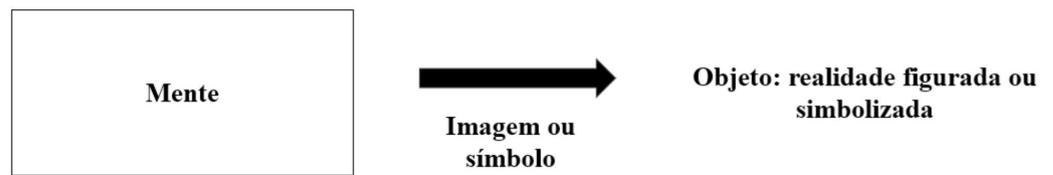
3 O próprio Gurwitsch afirma, neste artigo, que “falta de espaço me impede de estudar o desenvolvimento dessa teoria ao longo dos escritos de Husserl” (Gurwitsch, 1940, p. 74). Também aqui não é nosso objetivo apresentar todos os desdobramentos da teoria da intencionalidade husserliana, mas apenas seus conceitos fundamentais que se mantêm (ainda que com os devidos refinamentos) ao longo das suas reformulações e que são suficientes para apresentar a solução para o problema da consciência levantado por Gurwitsch.

4 “*ideas*”, em inglês, corresponde a “*Vorstellung*”, em alemão, que em geral se traduz por “*representação*”.

5 Também Lotze poderia ser incluído nessa lista de “representacionistas” com respeito ao conhecimento, como se pode ver a partir da seguinte passagem do Terceiro Livro de seu *System der Philosophie*: “Tudo aquilo que sabemos do mundo externo se baseia em representações dele que se encontram em nós” (Lotze, 1874, p. 481).

6 “*mind*” é como os empiristas ingleses denominavam os atos psíquicos. Husserl, nas suas *Conferências de Amsterdã sobre Psicologia Fenomenológica*, de 1928, apontará para a confusão, por parte de Locke, entre “mente” enquanto “alma” [*Seele*] e enquanto “ego puro”: “Locke [...] considera o ego puro desde o início como alma pura, como *human mind*, cuja investigação sistemática e concreta a partir da evidência da experiência interna deve ser, para ele, o meio para resolver as questões do entendimento e da razão” (Husserl, 1968, p. 330). No contexto da nossa discussão sobre o esquema conteúdo-apreensão, essa superação da compreensão do eu como “alma humana” já será realizada por Husserl, conforme veremos a seguir, a partir da sua concentração nas estruturas essenciais do *ato psíquico enquanto tal*, em desconexão do seu vínculo causal com o mundo.

Figura 2



Ou seja: visamos o objeto *por meio* da imagem ou do símbolo. A imagem e o símbolo não são *visados*, como eram no modelo de Locke; antes, o que é visado é aquilo que é por elas designado ou representado.

Seguindo esse modelo, Husserl adota a seguinte fixação terminológica: o signo ou a imagem são *re-presentações* (*Repräsentationen*) que têm a função de *fazer aparecer um objeto*. Mas essa função não se deve a elas mesmas; antes, elas exigem um ato que as *interprete* como, justamente, *re-presentantes* de objetos. Naturalmente que posso, se adoto uma atitude reflexiva específica, direcionar-me para esses próprios re-presentantes. Neste momento, no entanto, eles *cessam de realizar sua função de re-presentar um objeto* (Husserl, 1979, pp. 182-84). Posso, por exemplo, ao invés de visar aquilo que é representado pelo quadro, concentrar-me nas cores da tela. Nesse momento, não visio mais o objeto, mas aquilo que servia como condição de aparição do objeto. Mas não é isso o que ocorre na nossa experiência cotidiana: geralmente, estamos direcionados para *os objetos*, e não para seus *re-presentantes* (ao contrário do que dizia Locke). Somente uma atitude específica nos faz voltar do objeto para seus re-presentantes.

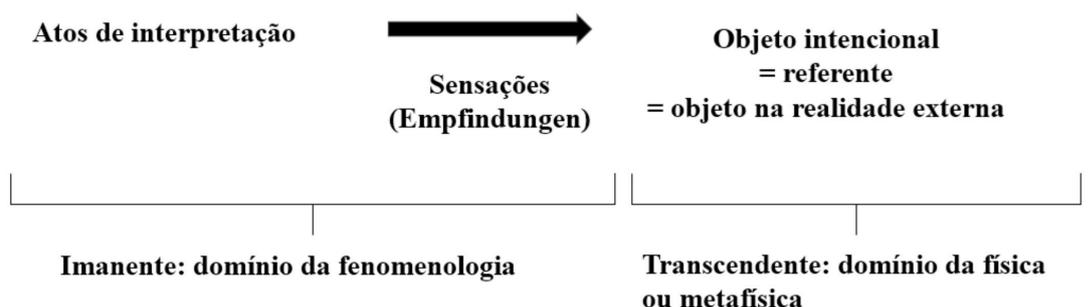
Husserl aplicará esse modelo de consciência de signo e de imagem *também para a consciência da percepção de objetos do mundo externo*. Nesse caso, os re-presentantes não serão signos ou imagens, mas *sensações* [*Empfindungen*]. Assim, também na percepção temos algo que permite, que intermedeia, a aparição do objeto: as sensações que funcionam como re-presentantes. Tal como na consciência de signo, também na consciência perceptiva a sensação exigirá um ato que as interprete, *animando-as* de sentido, para que elas possam fazer aparecer um objeto. Assim, *sentir é uma coisa; perceber, outra*. Aqui já vemos uma oposição marcante com o modelo de Hume, apresentado na seção anterior, que afirmava justamente que as *sensações* subjetivas e as *qualidades sensíveis* dos objetos são equivalentes, e que ambas correspondiam indiferentemente aos conceitos de *percepção* e *objeto*. Já em Husserl, *percebo* objetos no mundo, mas *sinto* os re-presentantes (nesse caso, as sensações) que são responsáveis por *fazer aparecer* os objetos. Tal como no caso do signo e da imagem, esses re-presentantes sensíveis não são aquilo que é *visado pelo ato*: logo, ao sentir, não *visio* a sensação. Trata-se de uma mero “vivenciar” [*erleben*]: as sensações estão aí e proporcionam o aparecimento do objeto, mas eu não as visio, não presto atenção nelas. Como diz Husserl no §14 da Quinta Investigação, “eu ouço o adágio do violinista, o gazejar dos pássaros” (Husserl, 1984, p. 395), mas não a sensação de som; “vejo uma coisa, por exemplo essa caixa, não vejo minhas sensações” (Husserl, 1984, p. 396). Não vejo cores, mas objetos coloridos. Em suma:

as *sensações* e, do mesmo modo, os atos que as ‘apreendem’ [*auffassenden Akte*] ou ‘apercebem’ [*apperzipierenden Akte*] são aqui *vivenciados* [*erlebt*], mas eles não *aparecem objetivamente* [*gegenständlich*]; eles não são vistos, ouvidos ou ‘percebidos’ com um ‘sentido’ qualquer. Os *objetos*, por outro lado, aparecem, são percebidos, mas *não são vivenciados* (Husserl, 1984, p. 399).

Assim pode Husserl, finalmente, compreender que aquilo que Locke chamava de “ideia” – isto é, aquilo que se encontrava presente na subjetividade, que era intrínseco a ela – é, na verdade, um ato de *apreensão* [*Auffassung*], *interpretação* [*Deutung*], ou *apercepção* [*Apperzeption*] (Husserl, 1984, 400). Ora, apreensão, interpretação, apercepção *de quê?* De *conteúdos re-presentantes* (que, no caso da percepção externa, são as *sensações*). A estrutura do ato psíquico, segundo Husserl, portanto, possui duas componentes principais: uma intencional (a apreensão), outra não-intencional (o conteúdo re-presentante apreendido).

Eis, finalmente, o tal esquema conteúdo-apreensão. Uma última ilustração de Küng (1973, p. 673) para ajudar a visualizar esse esquema:

Figura 3





Podemos, agora, definir aquilo que Husserl chama de *essência cognitiva* [*Erkenntnismäßige Wesen*] do ato intencional (Husserl, 1984, p. 625). Suas componentes são:

1. A qualidade do ato: aquilo que Husserl chama de *caráter geral do ato* [*allgemeinen Charakter des Aktes*] (Husserl, 1984, p. 425). Trata-se da *maneira* com a qual nos referimos ao objeto, se de maneira representativa, judicativa, senciante, optativa etc. (Husserl, 1984, p. 425);
2. A matéria intencional: aquele momento do ato que é responsável tanto pela *relação ao objeto* quanto pelo *modo como o objeto é visado* (Husserl, 1984, p. 429). Ou seja, a matéria estabelece a relação da intenção ao objeto apenas na medida em que determina o *como* dessa intenção: suas notas distintivas, formas, relações (Husserl, 1984, p. 429). A matéria é, por fim, aquilo que Husserl chama de *sentido da apreensão* [*Auffassungssinn*] (Husserl, 1984, p. 429), cuja função é apreender o:
3. *Conteúdo genuíno* [*reell*] dos atos: no caso da percepção, as *sensações*; no caso da imaginação, *fantasmas* [*Phantasmen*] (Husserl, 1984, p. 528).

Ou seja, na teoria da intencionalidade de Husserl, os conteúdos genuínos – que, no caso da percepção externa, são precisamente as *sensações* – exigem um movimento de *apreensão* por parte da matéria do ato. Em outras palavras: as sensações nada são sem um *sentido*, nomeadamente o *sentido da apreensão* (a matéria do ato). Esse conteúdo genuíno (na percepção: as *sensações*) é o que será posteriormente denominado *hylé* na configuração conceitual da teoria da intencionalidade priorizada por Gurwitsch, que parte da correlação noético-noemática de *Ideias I* (Lohmar, 2009, p. 4). Nessa configuração, a *hylé* é animada pela *noese*, o que constitui o *noema*, que nada mais é que o objeto intencional, o objeto constituído *enquanto tal*⁷ (Husserl, 1976, p. 203 ss.).

Em suma, ao perceber, não percebemos um elemento intrínseco ao ato (as *sensações*), mas os objetos no mundo. As *sensações* são, antes, *condições de aparição* do objeto transcendente. A fenomenologia exigirá uma *desconexão* [*Ausschaltung*] do mundo objetivo transcendente, daquele mundo que estamos naturalmente direcionados, para, justamente, tematizar essas *condições de aparição*, isto é, os atos de apreensão e os conteúdos re-presentantes. Com a fenomenologia, paramos de visar aquilo que visamos cotidianamente (os objetos do mundo, aquilo que é designado por signos, aquilo que é figurado por imagens etc.), e voltamo-nos para os elementos que proporcionam essa aparição (que normalmente não visamos conscientemente, mas apenas *vivenciamos*).

Com as *sensações*, portanto, não temos, segundo a fenomenologia, um *híbrido* entre elementos subjetivos e objetivos, como tínhamos com o modelo empirista: as *sensações* são claramente imanentes, são momentos *genuínos* da vivência, que exigem uma interpretação por parte do ato (também imanente) para fazer aparecer um objeto transcendente.

A finalidade desse esquema era dar conta do problema da variação do objeto percebido contra soluções propostas por outros autores, dentre eles Natorp. Segundo Natorp (1888, p. 18), toda variação no objeto representado se deve exclusivamente a alterações no *conteúdo* percebido, não havendo a necessidade de distinguir, portanto, entre *ato* e *conteúdo*:

Minha consciência (e.g., meu ouvir) é aqui, ou acontece aqui, na medida em que o conteúdo (e.g., o som) está aí para mim; seu ser para mim é minha consciência dele. Quem for capaz de capturar sua consciência de outra forma que não seja na existência de um conteúdo para ele, eu não só não posso fazer nada, como não posso sequer conceber o que ele pode vivenciar por si próprio.

Para Husserl, essa redução da consciência à mera presença de conteúdos é incapaz de dar conta da identidade do objeto visado *vis-à-vis* a multiplicidade e alternância que são características desses conteúdos. Agora, com a distinção entre *ato* que apreende e *conteúdo* apreendido, Husserl pode afirmar que os conteúdos podem variar livremente; o que garante a identidade do objeto visado é, precisamente, a invariabilidade da *apreensão* por parte do ato. É assim que a teoria da intencionalidade de Husserl, partindo da distinção entre *ato* e *conteúdo*, é capaz de conciliar *identidade* e *temporalidade*. Não se trata mais de conceitos que se excluem mutuamente: a temporalidade não exclui a identidade, e a identidade não é mera ilusão da imaginação. Antes, a temporalidade dos conteúdos sensíveis, os conteúdos genuínos, é patente: eles, de fato, jamais retornam, fazem parte de um fluxo incessante. Mas se o ato que apreende permanece idêntico, o *objeto percebido* permanecerá idêntico, justamente porque o objeto *não se identifica às sensações*. Como enfatiza Moura (Moura, 1989, p. 148), em contraposição à concepção empirista, “a percepção exige algo além de uma constelação de sensações”. A consciência não é, portanto, um fluxo unidimensional de eventos, mas uma *interpretação* desses eventos que, ao *animá-los* com o *sentido da apreensão*, confere-lhes *identidade*. É assim que o objeto *idêntico* pode ser percebido novamente a partir de *sensações múltiplas e distintas*.

⁷ Na seção de *Ideias I* em que Husserl define os termos *noese* e *noema* há uma nota de rodapé remetendo justamente para várias seções das *Investigações Lógicas* nas quais tais conceitos já estavam em jogo, mas com os termos que aqui apresentamos, a saber: matéria do ato, sentido da apreensão, conteúdo genuíno etc.; o que indica que, nesse caso, há uma mudança terminológica apesar da preservação dos fundamentos teóricos (Husserl, 1976, p. 203, nota 1). Essa é também a opinião de Gurwitsch, segundo o qual “de modo bem concreto, Husserl realizou essa distinção entre dado hilético e *noese* animadora na Primeira Investigação [...] de suas ‘Investigações Lógicas’” (Gurwitsch, 1929, p. 354).



É o *sentido da apreensão*, portanto, que garante a identidade do objeto e soluciona, na visão de Gurwitsch, aquilo que ele denominou “problema da consciência”:

A concepção tradicional de consciência, na qual a ênfase é colocada sobre a temporalidade, sobre a sucessão de atos e sobre as variações que cada ato sofre por sua duração, certamente não é falsa, uma vez que o fato enfatizado é um fato real da consciência. Mas essa concepção é incompleta e unilateral. Nenhum estado psíquico deve ser concebido única e exclusivamente como um evento real e temporal no fluxo de consciência, sem qualquer referência a um sentido. Essa referência é ignorada na concepção tradicional. *Identidade deve ser reconhecida como um fato irredutível a qualquer outro; ela se mostra como um fato da consciência não menos autêntico e não menos fundamental que a temporalidade* (Gurwitsch, 1940, p. 77).

É esse, portanto, o grande mérito da teoria da intencionalidade de Husserl, segundo Gurwitsch: a distinção entre ato e conteúdo sensível permite que a *identidade* do objeto não seja oposta à sua *temporalidade*: antes de se excluírem mutuamente, ambos são momentos constitutivos da percepção e da intencionalidade. Não há mais a necessidade de desconsiderar a identidade como mera ilusão da imaginação e de se ater à consciência como puro fluxo temporal: a identidade é tão “objetiva” quanto a temporalidade, ambas com suas respectivas raízes nos atos intencionais constituintes. Como conclui Gurwitsch (Gurwitsch, 1940, p. 81), “temporalidade e identidade [...] são polos que não se excluem, mas que se exigem um ao outro. *Temporalidade e identidade são relacionadas uma à outra como termos de uma correlação*”.

Tendo solucionado o problema da consciência a partir da distinção entre *ato* e *conteúdo genuíno*, que corresponderia, respectivamente, aos polos da *identidade* e da *temporalidade*, Gurwitsch reivindica, contudo, uma revisão da teoria da intencionalidade de Husserl que, justamente, exige o *abandono total da noção de hylé sensível* (Gurwitsch, 1966, p. 726), isto é, da noção de *conteúdo genuíno sensível*. Estaria Gurwitsch satisfeito com a solução dada por Natorp, que não vê nada além da simples presença de conteúdos à consciência? E como pode a noção que é parte da solução do “problema da consciência” ser descartada sem trazer de volta esse mesmo problema?

Teoria da Intencionalidade Revisada: A Dispensabilidade da *Hylé Sensível*

O grande mérito da teoria da percepção de Husserl, que parte do esquema conteúdo-apreensão, é, como bem diz Lohmar (2009, p. 6), “mostrar claramente que ela [a percepção] não é uma ocorrência [*Geschehen*] causal, como muitos psicólogos do século XIX acreditavam, e tampouco uma inferência de informações prévias, que também teriam que proceder sempre da mesma forma”. Esse mérito é certamente reconhecido por Gurwitsch, por exemplo na seguinte passagem: “noemata, como já vimos, não são eventos psicológicos nem coisas materiais; antes, são entes ideais idênticos e identificáveis, desprovidos de espacialidade e temporalidade e, claro, também de causalidade” (Gurwitsch, 2009b, p. 394). Ou seja, Gurwitsch reconhece que o noema da percepção, o *percebido enquanto tal*, não é uma ocorrência causal, um evento psicológico. Não obstante, aponta que a admissão de sensações – enquanto conteúdos genuínos, dados hiléticos – no interior da estrutura da intencionalidade perceptiva é remanescente de uma tese bastante cara à psicologia empírica, a saber, a *hipótese da constância* (Gurwitsch, 2010, p. 262).

Há, conforme explica Madary (2012, pp. 145, 146), uma ambiguidade no termo “constância perceptiva”. Na psicologia empírica, “constância perceptiva acontece quando uma propriedade é representada como se mantendo estática apesar da variação no estímulo” (Madary, 2012, p. 145), sendo que tal variação é descrita nos termos das ciências naturais, como comprimento de onda, variação de sinal acústico etc. (Madary, 2012, p. 145). Há, porém, um outro sentido de constância perceptiva, certamente relacionado ao primeiro, mas dele distinto, a saber, um sentido *a priori*, segundo o qual “experenciamos uma propriedade se mantendo constante mesmo que nossa experiência do objeto sofra variação” (Madary, 2012, p. 146).

Quando Gurwitsch acusa Husserl de sucumbir à hipótese da constância, parece claro que se trata do *primeiro sentido* explorado por Madary, a saber, o sentido da *psicologia empírica*. Gurwitsch não se esquece de que, uma vez em regime de redução fenomenológica, está “fora de questão considerar os dados da consciência como causalmente, ou funcionalmente, dependentes de estímulos de órgãos dos sentidos ou processos nervosos” (Gurwitsch, 2010, p. 262). Mas, a seguir, complementa que o próprio Husserl afirma ocasionalmente em *Ideias I* que “sensibilidade, em um sentido mais estrito, designa o resíduo fenomenológico daquilo que é mediado pelos ‘sentidos’ na percepção externa normal” (Husserl, 1976, p. 193). Esse tipo de afirmação, de acordo com Gurwitsch, é remanescente da distinção de Vittorio Benussi, representante da escola de Graz, entre *processos sensíveis* e *proveniência extrassensível* [*außersinnliche Provenienz*] (Gurwitsch, 2009a, p. 262). De acordo com Benussi, qualquer representação que exceda meros dados sensíveis, tais como uma melodia, uma relação, uma forma etc., deve possuir uma proveniência extrassensível, e tais representações devem ser reconduzidas a processos e fatores últimos e irredutíveis, que são processos psicológicos frequentemente designados *produção* (Gurwitsch, 2010, p. 63). Para Gurwitsch, ao falar de dados hiléticos sem estrutura e desprovidos de forma que exigem uma *apreensão de sentido por parte do ato* para que possam apresentar uma “forma”, ou “estrutura”, é



“como se a hipótese da constância intervisse sub-repticiamente nas investigações fenomenológicas” (Gurwitsch, 2010, p. 262), sendo que

nada, talvez, ilustre melhor o firme alcance que a hipótese da constância possui sobre o pensamento filosófico que a aparição de conceitos estreitamente relacionados a ela, e dela diretamente derivados, no interior de um contexto teórico que exclui a hipótese da constância por definição (Gurwitsch, 2010, pp. 262, 263).

A distinção husserliana, portanto, entre *sentido da apreensão* e *conteúdo genuíno*, ou entre *noese animadora* e *hylé sensível*, que era responsável por solucionar o “problema da consciência” na medida em que reconcilia a *identidade* (fornecida pelo ato que apreende) e a *temporalidade* (dos dados hiléticos), é agora responsável por reconduzir a teoria da intencionalidade à hipótese da constância, na medida em que situa a estrutura do dado sensível justamente em um lugar extrassensível, nomeadamente no *ato que apreende*. Por isso a teoria husserliana é ainda dualista: o esquema conteúdo-apreensão nada mais é que uma reformulação da distinção tradicional entre matéria-forma. Há um material [*Stoff*] sem estrutura que exige uma forma que lhe seja imposta *a partir de fora* (no caso, a partir do ato que apreende).

Estaria Gurwitsch, portanto, depois de ter enaltecido a definição de consciência de Husserl em termos de intencionalidade como “uma inovação revolucionária na história da filosofia moderna” (Gurwitsch, 2009b, p. 383), dando razão a Natorp, para o qual toda mudança e variação no objeto representado se deve única e exclusivamente a variações no *conteúdo*?

Ordenemos os problemas que exigiram a introdução do conceito de hylé sensível na teoria de Husserl:

(P1) Como explicar que um *mesmo conteúdo* possa sofrer distintas apreensões – e, assim, apresentar distintos *objetos* – senão por recurso à noção de hylé sensível que permanece idêntica enquanto a apreensão varia?

(P2) Como explicar a multiplicidade dos conteúdos *sentidos* e a identidade do objeto *percebido* senão por recurso à hylé sensível que varia, enquanto o ato que apreende permanece idêntico?

Essa ordenação está de acordo com a leitura de Gurwitsch, que sublinha dois tipos de multiplicidades – a saber, uma do conteúdo, outra do ato –, ambas se referindo a uma identidade:

duas multiplicidades, cada uma delas relacionadas a um ente idêntico, devem ser distinguidas uma da outra. De um lado, temos a multiplicidade dos atos em que, através de cada um deles, a mesma significação é apreendida; de outro, há a multiplicidade de significações, do ‘objeto enquanto intencionado’, todos referindo a um e o mesmo ‘objeto que é intencionado’ (Gurwitsch, 2009a, pp. 370, 371).

Nessa passagem, Gurwitsch se refere claramente às significações lógicas, e não aos objetos da percepção sensível. Mas essa distinção também é válida para o caso dos objetos da percepção sensível, uma vez que “é possível generalizar o termo ‘significação’ de modo a utilizá-lo para além do domínio das expressões simbólicas e falar de significações perceptivas” (Gurwitsch, 2009a, p. 372). Aquilo que é válido, portanto, para a co-variação entre conteúdos ideais de significação e atos de expressão também é válido para a co-variação entre conteúdos sensíveis (hylé sensível) e atos de percepção.

O primeiro problema (P1) foi justamente o responsável pela introdução do conceito de hylé sensível pela primeira vez na teoria de Husserl em 1894, ainda sob o título amplo de *re-presentation*. Naquela ocasião, Husserl falava dos arabescos, que ora eram percebidos de modo puramente estético, ora percebidos como *palavras* que significam algo (Husserl, 1979, p. 115). Nesse caso, o que se mantém idêntico é o puro dado sensível desprovido de forma, enquanto a apreensão o *interpreta* ora como palavras, ora como simples traços. O segundo problema (P2) é, precisamente, aquele que Gurwitsch denominou “problema da consciência”, paradigmaticamente formulado por Hume e que desenvolvemos na nossa primeira seção.

Em suma, ao afirmar que a teoria de Husserl é remanescente da hipótese da constância, Gurwitsch deve dar conta tanto do problema da identidade do conteúdo e da multiplicidade de visadas (P1) quanto do problema da identidade do objeto na multiplicidade dos conteúdos (P2) sem recair em uma concepção de simples presença de conteúdos para a consciência.

A proposta de Gurwitsch, lembremo-nos, é *revisar* a teoria da intencionalidade de Husserl, e não a descartar. Ou seja, Gurwitsch pretende partir dos fundamentos husserlianos para então “purificá-los”, por assim dizer, daquilo que lhes é inessencial. Na concepção de Gurwitsch, os dados hiléticos são *dispensáveis* para dar conta dos dois problemas levantados acima. Ou seja, Gurwitsch não considera que os problemas levantados pela constância perceptiva sejam *pseudoproblemas*, mas que a teoria da intencionalidade husserliana é capaz de solucioná-los *tão somente a partir da correlação noético-noemática*, prescindindo da noção de *hylé sensível não-estruturada*. Essa revisão exige um conceito da teoria da percepção de Husserl que ainda não foi apresentado, a saber, o conceito de *horizonte* e *horizonte interno*.



Como se pode ler em *Ideias I*, “uma coisa é necessariamente dada por meros ‘modos de aparição’, neles um núcleo do que é ‘efetivamente apresentado’ é necessariamente envolto, com respeito à apreensão, por um horizonte de ‘co-doações’ impróprias e por uma indeterminidade mais ou menos vaga” (Husserl, 1976, p. 91). Ou seja, a coisa me é dada, por definição, em perspectiva. Apenas um de seus lados é efetivamente dado; os demais são *co-dados*, *co-visados*; representam visadas e doações *potenciais*. Husserl desenvolve sua concepção de horizonte de modo mais detalhado em *Experiência e Juízo*:

Cada experiência aponta para a possibilidade, e a partir do Eu uma *pré*-possibilidade [Ver-Möglichkeit], não apenas de explicitar gradualmente a coisa que é dada à primeira vista, depois do que ela é autodata de modo próprio, mas também para a possibilidade de obter cada vez mais determinações da mesma experiência. Cada experiência deve ser expandida em uma continuidade e em uma cadeia explicativa de experiências singulares sinteticamente unificadas como uma experiência única, uma experiência aberta e infinita do mesmo (Husserl, 1964, p. 27).

Essas potencialidades inerentes do experienciar que encontra cada vez mais aspectos da coisa Husserl chamará de *horizonte interno*⁸ da coisa (Husserl, 1964, p. 28). Trata-se daqueles momentos da coisa que não estão dados *atualmente* na sua percepção, mas apenas *potencialmente*, e que podem, no curso da experiência, vir à atualidade.

Valendo-se do conceito de horizonte interno, Gurwitsch poderá solucionar os problemas da constância perceptiva a partir da teoria da intencionalidade husserliana e prescindindo da noção de hylé não-estruturada.

Para solucionar (P1) – o problema da identidade de conteúdo que sofre distintas apreensões – Gurwitsch parte do seguinte exemplo. Se observamos, por exemplo, uma mancha acinzentada e azulada em local montanhoso em uma determinada altitude, podemos, a princípio, não saber se se trata de uma nuvem ou dos contornos de uma montanha distante (Gurwitsch, 2010, p. 263). Conforme a consideremos como uma mancha de uma nuvem ou de uma montanha, temos, todavia, experiências completamente distintas: na primeira, a mancha não “inere”, por assim dizer, em nenhuma superfície – ela como que “paira no ar” (Gurwitsch, 2010, p. 263); na segunda, ela tem uma localização espacial específica e inere em um corpo, nomeadamente a montanha. Ora, prossegue Gurwitsch, obviamente que “o horizonte interno pertencente à aparição perceptiva da nuvem difere profundamente daquela pertencente à representação perceptiva do contorno [da montanha]” (Gurwitsch, 2010, p. 263). Assim, a variação da percepção não deve ser atribuída exclusivamente a *fatores noéticos*, deixando um suposto *dado hilético sensível inalterado*, mas deve ser antes atribuída ao *horizonte interno* da coisa (Gurwitsch, 2010, p. 263). Segundo Gurwitsch, a diferença na apreensão que condiciona a diferenciação no objeto percebido não deixa intacto o dado hilético bruto, o que significa pura e simplesmente que “*não existe, de maneira alguma, dados sem sentido, dados hiléticos em sentido estrito*” (Gurwitsch, 1929, p. 356, grifo meu). No caso da mancha acinzentada e azulada, aquilo que permanece idêntico e que é ora interpretado como um contorno da montanha ora como uma nuvem não é um dado hilético desprovido de forma, mas “uma localização definida no espaço perceptivo” (Gurwitsch, 2010, p. 264). Essa localização, claro está, faz parte do horizonte interno da coisa – que, segundo a teoria da percepção de Husserl, é parte estruturante da percepção da coisa. Assim, a variação da apreensão condiciona uma variação no horizonte interno da coisa e, por isso, “forma o sentido ou significação da percepção, ou o noema perceptivo” (Gurwitsch, 2010, p. 263), não deixando lugar, portanto, para um puro dado não-estruturado. Em suma: um dado nunca é imune à apreensão, ele é sempre *já apreendido*, isto é, *já determinado por uma apreensão noética*.

O resultado da eliminação do dado hilético (o conteúdo genuíno) da estrutura da consciência tem por consequência que “a consciência genuína [reell], o objeto da análise fenomenológica genuína, não se divide em dois estratos, um hilético e um noético; antes, é sempre o ‘material [Stoff] animado’ que nos é dado” (Gurwitsch, 1929, p. 356). Essa consequência tem um peso enorme para a concepção tradicional de intencionalidade de Husserl. Agora, o noético não se reduz à função animadora, à apreensão de um dado bruto sensível (a hylé), mas se estende “*para toda a região da consciência genuína*” (Gurwitsch, 1929, p. 357). Ou seja, consciência é *noese*, e *mais nada*. Seu correlato é o *objeto noemático*. Gurwitsch realiza, como diz Marcelle (Marcelle, 2011, p. 74), uma “*noematização dos dados hiléticos*”. Não há necessidade de sensações, fantasmas, dados hiléticos para serem apreendidos: a estrutura da consciência é suficientemente bem explicitada em termos da correlação noético-noemática. Assim, “o hilético não é de algum modo independente com respeito a um ‘estrato superior’, mas só se torna aquilo que é em cada caso na respectiva estruturação [Strukturiertheit] e formação [Gestaltung]” (Gurwitsch, 1929, p. 355)” e “o dado imediato, o material-originário [Urmaterial] fenomenológico, só é dado como formado e estruturado” (Gurwitsch, 1929, p. 356). A reflexão hilética, que nos dá o *hilético puro*, imune à

⁸ O fenômeno da consciência de horizonte já era conhecido por Husserl pelo menos desde as *Investigações Lógicas*. Não possuindo o conceito de “horizonte interno”, emprega o termo em inglês *fringe*, de Stuart-Mill, ao descrever esse fenômeno na Segunda Investigação: “Detenhamo-nos mais rigorosamente nos conteúdos, então, a cada vez, o conteúdo destacado está apenas rodeado por uma, por assim dizer, massa totalmente caótica, dele não separável, mas com ele entretecida, não clara, um *fringe*, um ‘halo’ [Hof], ou como quer que se queira, então, nomear o inominável” (Husserl, 1984, p. 207). Nas *Investigações*, contudo, ainda não está clara a estrutura semiótica da percepção, principalmente as distinções entre as intenções signitivas [signitiv], simbólicas [symbolisch] e significativas [signifikativ] ao objeto, que fazem parte dessas potencialidades da intenção perceptiva que agora recebem a alcunha de horizonte interno. Somente na revisão da Sexta Investigação realizada por Husserl em 1913, publicada em duas partes no volume XX da Husserliana, tal distinção se torna desambígua. Sobre o desenvolvimento da teoria da consciência de horizonte ao longo de todo o pensamento de Husserl, Cf. D’Angelo, 2019.



forma, não é, em sentido próprio, uma reflexão; antes, é uma “modificação temática”, que nada mais é que uma forma abstrata de retirar o hilético de seu contexto – contexto este que, na verdade, é dele inseparável (Gurwitsch, 1929, p. 356). Em suma, “todas as estruturas da intencionalidade residem na correlação noético-noemática que, por essa razão, é a estrutura mais elementar” (Gurwitsch, 1940, p. 82).

Essa extensão da noese para toda a região da consciência genuína é o que permite também solucionar (P2), ou seja, o problema da identidade do objeto em meio à multiplicidade de conteúdos (o chamado “problema da consciência”), sem recorrer à noção de hylé desprovida de forma. A identidade do objeto não se deve mais à apreensão da multiplicidade de dados de sensação *não estruturados*, mas a noese é já essa multiplicidade de dados animados, estruturados. Falar de sensação não animada, desestruturada, desprovida de forma etc., é não falar nada. Isso não significa que não se possa falar de sensação; significa apenas que ela é já, por princípio, animada. Não se trata, portanto, de um retorno a Natorp, que atribuía a multiplicidade do objeto representado às variações de conteúdo: há sem dúvida o momento noético, o sentido da apreensão, apenas que não direcionado a um dado bruto desprovido de forma, mas correlacionado diretamente ao objeto noemático, ao objeto percebido *enquanto tal*. Muito menos se trata de um retorno ao empirismo tradicional, que conduziu à concepção de consciência como puro fluxo temporal, prescindindo da identidade. Perceber é perceber o objeto noemático idêntico na multiplicidade noética, apenas que não encontraremos mais, no interior dessa multiplicidade noética, nenhum dado hilético bruto aguardando sua estruturação a partir de fora.

Conclusão

A revisão da teoria da intencionalidade husserliana reivindicada por Gurwitsch é, assim, consumada com a remoção da hylé desprovida de forma do interior do ato intencional. O ato intencional é, por assim dizer, *intencional em seu todo*, não havendo espaço para elementos não-intencionais. Isso foi possível através do próprio conceito husserliano de *horizonte interno* que, segundo Gurwitsch, é suficiente para dar conta dos problemas que primeiramente exigiram o conceito de hylé sensível, quais sejam, os problemas da constância perceptiva. É assim que a teoria da intencionalidade de Husserl preserva seu caráter revolucionário mesmo na ausência de um de seus elementos centrais – a hylé sensível – e reduzindo-se à correlação noese-noema. A consciência é, portanto, na visão de Gurwitsch, “essencialmente caracterizada por uma dualidade intrínseca [a dualidade noético-noemática] que deve tomar o lugar do dualismo cartesiano” (Gurwitsch, 2009a, p. 374).

Essa dualidade intrínseca da consciência permanecerá para sempre contaminada pelo dualismo entre matéria desprovida de sentido e forma estruturante se o esquema conteúdo-apreensão continuar vigente, servindo como modelo descritivo da intencionalidade perceptiva. Esse esquema é, segundo Aguirre, “a trave-mestra... do idealismo fenomenológico-transcendental”, e seu abandono representaria “a renúncia da ideia transcendental (1970, pp. XIX, XXII, nota 30 apud De Palma, 2009, p. 61). Alguns comentadores, como Boehm (1966, pp. XXXss.), Sokolowski (1964, p. 177ss.), Holenstein (1972, p. 86ss.) e Welton (1983, p. 166ss e 2000, p. 165ss.), defendem que Husserl chega a abandonar o esquema na sua teoria da constituição. Outros, como Lohmar (2009, pp. 13, 14), sustentam que a nota autocrítica de Husserl sobre o esquema nas *Lições sobre a fenomenologia da consciência interna do tempo*⁹ não implica um abandono total do esquema. Também De Palma é da opinião de que Husserl “nunca chegou à sua dissolução definitiva”, mas aponta que “o esquema ele próprio, e o idealismo que nele subjaz, não são compatíveis com a análise fenomenológica” (De Palma, 2009, p. 61), especialmente com respeito ao nível fundante da percepção sensível (De Palma, 2009, p. 71). De Almeida é de igual opinião: os limites da função de apresentação dos conteúdos de sensação não devem lhes ser impostos a partir *de fora* (De Almeida, 1972, p. 49); antes, “os dados da sensação [devem ser], *por si mesmos*, aptos a assumirem a função da apresentação de um modo determinado” (De Almeida, 1972, p. 50). A análise de Gurwitsch está de acordo com essas duas últimas posições, na medida em que nos mostra que uma descrição fenomenológica adequada da percepção exige o abandono total do esquema – o que necessariamente exige, por sua vez, o abandono da noção de hylé sensível enquanto dado bruto não estruturado.

Nosso objetivo, aqui, foi tão somente explorar qual era aquela revisão da teoria da intencionalidade que Gurwitsch menciona em sua resenha de 1966 às *Lições de Psicologia Fenomenológica* de Husserl. Naturalmente que essa revisão não é suficiente para os propósitos teóricos do próprio Gurwitsch. Na sua concepção, não basta o abandono da hylé sensível proporcionado pelo conceito de horizonte interno. Antes, “a teoria do horizonte interno de Husserl deve, parece-nos, ser reinterpretada nos termos da teoria da Gestalt” (Gurwitsch, 2010, p. 264). Não está no escopo deste trabalho desenvolver essa reinterpretação. Contentamo-nos, aqui, em indicar que ela parte dessa destituição inicial da teoria da intencionalidade de Husserl que nos propusemos investigar.

⁹ “Sentido’ [Empfunden] seria, portanto, uma indicação para um conceito relacional que, em si, não diria se o sentido é sensual [sensuell], ou em geral imanente no sentido do sensual; com outras palavras, permanece em aberto se o próprio sentido [Empfunden] é já constituído, e talvez de maneira completamente distinta que o sensual. – Mas o melhor é deixar de lado toda essa diferença; nem toda constituição possui o esquema conteúdo de apreensão-apreensão” (Husserl, 1966, p. 7, nota 1).



Referências

- Aguirre, A. (1970). *Genetische Phänomenologie und Reduktion*. Den Haag: Nijhoff.
- Boehm, R. (1966). Einleitung des Herausgebers. Em: Husserl, E. *Zur Phänomenologie des inneren Zeitbewusstseins (1893–1917)*. Den Haag: Martinus Nijhoff.
- D'Angelo, D. (2019). *Zeichenhorizonte. Semiotische Strukturen in Husserls Phänomenologie der Wahrnehmung*. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-17468-2>. Springer International Publishing.
- De Almeida, G.A. (1972). *Sinn und Inhalt in der genetischen Phänomenologie E. Husserls*. M. Nijhoff.
- De Palma, V. (2009). Das Schema Inhalt-Auffassung in Husserls Denken: Ursprung, Konsequenzen, Überwindung. *Topos* 22 (2-3).
- Fink, E. (2019). *Presentificação e imagem: Contribuições à fenomenologia da irrealidade*. (A. Coli, Trad.). Londrina: Eduel. (Originalmente publicado em 1930).
- Gurwitsch, A. (1929). Phänomenologie der Thematik und des reinen Ich. *Psychol. Forsch.* 12, 279–381. <https://doi.org/10.1007/BF02409212>
- Gurwitsch, A. (1940). On the Intentionality of Consciousness. Em: Farber, M. (ed.) *Philosophical Essays in Memory of Edmund Husserl* (pp. 65-83). Cambridge: Harvard University Press.
- Gurwitsch, A. (1966). Edmund Husserl's Conception of Phenomenological Psychology. *The Review of Metaphysics*, 19(4), 689-727. Retrieved May 17, 2021, from <http://www.jstor.org/stable/20124135>
- Gurwitsch, A. (2009a). Husserl's Theory of The Intentionality of Consciousness in Historical Perspective. Em: García-Gómez, J. (Ed.). *The Collected Works of Aron Gurwitsch (1901-1973)*, Volume I: Constitutive Phenomenology in Historical Perspective, DOI <https://doi.org/10.1007/978-90-481-2831-010>, Springer Science+Business Media B.V.
- Gurwitsch, A. (2009b). Towards a Theory of Intentionality. Em: García-Gómez, J. (Ed.). *The Collected Works of Aron Gurwitsch (1901-1973)*, Volume I: Constitutive Phenomenology in Historical Perspective, DOI <https://doi.org/10.1007/978-90-481-2831-011>, Springer Science+Business Media B.V.
- Gurwitsch, A. (2010). The Field of Consciousness: Theme, Thematic Field, and Margin. Em: Zaner, R. M. (Ed.). *The Collected Works of Aron Gurwitsch (1901-1973)*. Volume III. <https://doi.org/10.1007/978-90-481-3346-8>, Springer Science+Business Media B.V.
- Holenstein, E. (1972). *Phänomenologie der Assoziation. Zu Struktur und Funktion eines Grundprinzips der passiven Genesis bei E. Husserl*. Den Haag: Nijhoff.
- Hume, D. (2009). *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. (D. Danowski, Trad.). 2. Ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP (Originalmente publicado em 1739-40).
- Husserl, E. (1964). *Erfahrung und Urteil. Untersuchung zur Genealogie der Logik*. Hamburg: Claassen Verlag.
- Husserl, E. (1966). *Texte zur Phänomenologie des inneren Zeitbewusstseins (1893-1917)*. Den Haag: Nijhoff.
- Husserl, E. (1968). Amsterdamer Vorträge. Phänomenologische Psychologie. Em: Husserl, E. *Phänomenologische Psychologie. Vorlesungen Sommersemester 1925*. Dordrecht: Springer Science+Business Media B.V.
- Husserl, E. (1976). *Ideen zu einer Reinen Phänomenologie und Phänomenologischen Philosophie*. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Husserl, E. (1984). *Logische Untersuchungen. Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis*. ed. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, v. II, 1984.
- Husserl, E. (1979). *Psychologische Studien zur Elementaren Logik (1894)*. Em: Husserl, E. *Aufsätze und Rezensionen (1890-1910)*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff, pp. 92-123.
- Küng, G. (1973). Husserl on Pictures and Intentional Objects. *The Review of Metaphysics*, 26, junho 1973. 670-680.



- Locke, J. (1999). *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*. (A. Aiex, Trad.). São Paulo: Editora Nova Cultural. (Originalmente publicado em 1706).
- Lohmar, D (2009). Die Entwicklung des husserlschen Konstitutionsmodells von Auffassung und Inhalt. *Studia Universitatis Babeş-Bolyai, Philosophia* LIV, 2, 3-19.
- Lotze, R. H. (1874). *System der Philosophie. Erster Theil. Drei Bücher der Logik*. Leipzig: Verlag von S. Hirzel.
- Madary, M. (2012). Husserl on Perceptual Constancy. *European Journal of Philosophy*, 20: 145-165. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0378.2010.00405.x>
- Marcelle, Daniel (2011). The Phenomenological Problem of Sense Data in Perception: Aron Gurwitsch and Edmund Husserl on the Doctrine of Hyletic Data. *Investigaciones Fenomenológicas: Anuario de la Sociedad Española de Fenomenología*. 8:61-76.
- Moura, C.A.R. (1989). *Crítica da razão na fenomenologia*. São Paulo: Nova Stella.
- Natorp, P. (1888). *Einleitung in die Psychologie nach kritischer Methode*. Freiburg: Mohr.
- Rang, B. (2005). Repräsentation und Selbstgegebenheit: die Aporie der Phänomenologie der Wahrnehmung in den Frühschriften Husserls. Em: Bernet, R.; Welton, D.; Zavota, G. (Eds.). *Edmund Husserl: Critical Assessments of Leading Philosophers*. London, New York: Routledge, v. III. pp. 125-144.
- Sokolowski, R. (1964). *The Formation of Husserl's Concept of Constitution*. The Hague: Nijhoff.
- Welton, D. (1983). *The Origins of Meaning*. Den Haag: Nijhoff.
- Welton, D. (2000). *The Other Husserl*. Bloomington: Indiana University Press.

Recebido em 24.06.2021 – Primeira Decisão Editorial em 23.10.2021 – Aceito em 30.11.2021